



Entre boatos e memórias: cultura histórica e usos públicos do passado nos discursos antivacinais do século XIX à pandemia de COVID-19

ANDREZZA BAZZI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA



FILIPPE DOS SANTOS PORTUGAL

COLÉGIO PEDRO II

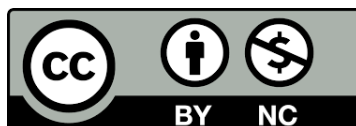


CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e268197, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.268197>

e-ISSN: 2525-5649



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

Entre boatos e memórias: cultura histórica e usos públicos do passado nos discursos antivacinais do século XIX à pandemia de COVID-19

RESUMO: Este artigo analisa resistências à vacinação como fenômeno histórico e de História Pública, destacando a permanência de discursos antivacinais do século XIX à pandemia de COVID-19. Desde a introdução da vacina jenneriana, circularam rumores e críticas – religiosas, morais e médicas – que moldaram percepções sociais sobre saúde e ciência. No contexto da COVID-19, esses enunciados foram reatualizados e amplificados pelas redes sociais, instrumentalizados politicamente e associados à disseminação de fake news. A comparação entre fontes históricas, como *Gazeta de Lisboa* e *Correio Braziliense*, e produtos contemporâneos de divulgação científica e institucional da Fiocruz: Radis, ENSP, Museu da Vida, evidencia como boatos e memórias coletivas constituem usos do passado que afetam políticas de saúde. Ao articular cultura histórica e comunicação pública da ciência, o estudo demonstra que a memória da vacinação é constantemente reconfigurada, sendo fundamental para enfrentar desinformação e fortalecer a confiança social em práticas de saúde coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: vacinas; história pública; cultura histórica; negacionismo; covid-19.

Entre rumores y memorias: cultura histórica y usos públicos del pasado en los discursos antivacunas desde el siglo XIX hasta la pandemia de COVID-19

RESUMEN: Este artículo analiza las resistencias a la vacunación como un fenómeno histórico y de historia pública, destacando la permanencia de discursos antivacunas desde el siglo XIX hasta la pandemia de COVID-19. Desde la introducción de la vacuna jenneriana circularon rumores y críticas – religiosas, morales y médicas – que moldearon las percepciones sociales sobre la salud y la ciencia. En el contexto de la COVID-19, estos enunciados fueron reactualizados y amplificados por las redes sociales, instrumentalizados políticamente y asociados a la difusión de noticias falsas. La comparación entre fuentes históricas, como la *Gazeta de Lisboa* y el *Correio Braziliense*, y productos contemporáneos de divulgación científica e institucional de Fiocruz – Radis, ENSP, Museo de la Vida – evidencia cómo los rumores y las memorias colectivas constituyen usos del pasado que afectan las políticas de salud. Al articular cultura histórica y comunicación pública de la ciencia, el estudio demuestra que la memoria de la vacunación se reconfigura constantemente, siendo fundamental para enfrentar la desinformación y fortalecer la confianza social en las prácticas de salud colectiva.

PALABRAS CLAVE: vacunas; historia pública; cultura histórica; negacionismo; covid-19.

Between rumors and memories: historical culture and public uses of the past in anti-vaccination discourses from the 19th century to the COVID-19 pandemic

ABSTRACT: This article analyzes resistance to vaccination as both a historical phenomenon and a subject of public history, highlighting the persistence of anti-vaccine discourses from the nineteenth century to the COVID-19 pandemic. Since the introduction of the Jennerian vaccine, rumors and criticisms – religious, moral, and medical – have circulated, shaping social perceptions of health and science. In the context of COVID-19, these narratives were reactivated and amplified by social media, politically instrumentalized, and associated with the spread of fake news. A comparison between historical sources such as *Gazeta de Lisboa* and *Correio Braziliense* and contemporary institutional science-communication products from Fiocruz: Radis, ENSP, and the Museu da Vida, shows how rumors and collective memories constitute uses of the past that affect health policies. By articulating historical culture and the public communication of science, the study demonstrates that the memory of vaccination is continually reconfigured and is essential for countering misinformation and strengthening social trust in public-health practices.

KEYWORDS: vaccines; public history; historical culture; denialism; covid-19.

Entre boatos e memórias: cultura histórica e usos públicos do passado nos discursos antivacinais do século XIX à pandemia de COVID-19

ANDREZZA BAZZI
FILIPE DOS SANTOS PORTUGAL

Introdução

O estudo da história das vacinas constitui uma temática atual de grande relevância e profundidade, especialmente quando se considera sua influência direta tanto na trajetória da saúde pública quanto na construção de políticas sanitárias ao longo do tempo. Segundo o historiador Gilberto Hochman, compreender a história da medicina é fundamental não apenas para a análise das transformações sociais no Brasil, mas também para o entendimento dos caminhos trilhados pelas instituições e práticas de saúde coletiva.¹ Tal abordagem permite identificar a origem e a complexidade dos processos envolvidos no cuidado com a saúde das populações, além de oferecer subsídios valiosos para o enfrentamento dos desafios contemporâneos e para a formulação de estratégias mais eficazes no campo da saúde pública.²

Neste contexto, torna-se indispensável refletir sobre a história das vacinas, consideradas marcos científicos e sociais que transformaram a relação da humanidade com as doenças infecciosas. A historiadora francesa Anne Marie Moulin descreve as vacinas como “um gigante com pés de barro” – uma metáfora que revela tanto o poder inegável dessas intervenções médicas no controle de epidemias, quanto a fragilidade de sua aceitação social. O termo “gigante” representa o grandioso impacto positivo das vacinas na erradicação e redução de inúmeras enfermidades ao longo dos séculos; por outro lado, os “pés de barro” referem-se à persistente resistência e desconfiança por parte da população, que desde os primórdios da vacinação questiona sua segurança, eficácia e

¹ Gilberto Hochman, Marcos Cueto, Ana Maria Carrillo e Ana Cecília de Romo, “Carta dos editores”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 9 (2002), pp. 1-29, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000400001>.

² Hochman, Cueto, Carrillo e Romo, “Carta dos editores”, pp. 1-29.

motivações, muitas vezes dando origem a movimentos de oposição e revoltas populares.³

Essa tensão histórica entre ciência e sociedade continua presente na atualidade, como se evidenciou de forma significativa durante a pandemia de COVID-19. O debate público em torno do desenvolvimento e da aplicação das vacinas contra o novo coronavírus demonstrou avanços tecnológicos sem precedentes, assim como a disseminação de desinformação, hesitação vacinal e polarização ideológica. Além disso, observou-se, em escala global, uma preocupante queda nas taxas de vacinação contra outras doenças já controladas, indicando um retrocesso nos programas de imunização e alertando para os riscos de reemergência de enfermidades antes consideradas sob controle.⁴

Assim, estudar a trajetória histórica das vacinas não é apenas um exercício acadêmico, mas uma ferramenta essencial para compreender os desafios contemporâneos da saúde coletiva, fortalecer a confiança nas instituições científicas e promover uma cultura de prevenção baseada em evidências. A memória histórica pode, portanto, funcionar como um importante instrumento de conscientização e mobilização social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada, saudável e resiliente diante das crises sanitárias.

Ao mesmo tempo, este trabalho insere-se nos debates propostos pelo dossiê “História Pública e Cultura Histórica – Historiografias e Usos do Passado”, ao examinar como os discursos antivacinais constituem práticas de contestação, bem como usos públicos da história, mobilizados para legitimar ou questionar políticas de saúde. Inspirados por autores como François Hartog, que problematiza os regimes de historicidade, e Paul Ricoeur, que discute os vínculos entre memória e esquecimento, consideramos que a resistência à vacinação envolve uma disputa pela interpretação do passado e por sua inscrição na cultura histórica contemporânea.⁵ Ao observar como boatos, caricaturas e rumores circularam desde o século XIX e como são reatualizados em contextos atuais, pode-se compreender a força simbólica da memória social em processos de saúde coletiva.

³ Anne Marie Moulin, “A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 10 (2003), pp. 499-517, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000500004>.

⁴ Igor Rafael Abreu, Matheus Marques Martins Alexandre, Matheus Chaves Vieira da Costa, João Marcelo Gomes Botelho, Luiz Caio Benevides Alves e Amanda Almeida Lima, “Impacto da pandemia de COVID-19 na cobertura vacinal em crianças no Brasil: uma revisão de literatura”, *Research, Society and Development*, v. 11, n. 14 (2022), pp. 1-8, <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36227>.

⁵ François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013. Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma perspectiva comparativa e de análise documental, articulando fontes históricas diversas, desde o século XIX até os dias atuais. Destacam-se jornais oitocentistas como a “Gazeta de Lisboa”, o “Correio Braziliense” e o “Jornal de Coimbra”, que registraram percepções, boatos e resistências em torno da vacina jenneriana. No contexto atual, mobilizamos relatórios técnicos e produtos de História Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como o Programa Radis de Comunicação e Saúde (Radis), a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), o Observatório COVID-19 e Museu da Vida, que evidenciam como a pandemia reativou retóricas antivacinais e estratégias de desinformação. Essa escolha metodológica permite contrastar temporalidades, e analisar a circulação social dos discursos, aproximando a historiografia da saúde de debates sobre comunicação científica e cultura histórica.

Deste modo, o objetivo central deste artigo é analisar como os discursos antivacinas, historicamente presentes em diferentes momentos da saúde pública, foram retomados e estrategicamente mobilizados durante a pandemia de COVID-19, com finalidades políticas voltadas à deslegitimação da vacinação e ao enfraquecimento da confiança nas instituições científicas e sanitárias. Busca-se compreender, ainda, de que forma a memória social relacionada a movimentos de resistência vacinal foi resgatada e reinterpretada em distintos contextos ao longo da crise sanitária, sendo incorporada a narrativas contemporâneas que articulam desinformação, polarização ideológica e disputas pelo controle do discurso público sobre a ciência e a saúde.

Procedimentos metodológicos: corpus, análise e limites

Adotamos uma abordagem histórico-comparativa ancorada em análise documental. O corpus primário compreende: impressos e documentos dos séculos XVIII-XIX no espaço luso-brasileiro (por exemplo, “Gazeta de Lisboa”, “Correio Braziliense”, “Jornal de Coimbra”, atos administrativos e peças relativas às instituições vacínicas), que registram controvérsias, práticas e rumores ligados à vacina jenneriana; e materiais públicos contemporâneos de ciência e saúde produzidos por instituições brasileiras durante a pandemia de COVID-19 (portais, reportagens e dossiês da Fiocruz, ENSP, Observatório COVID-19, Radis e Museu da Vida). Esses conjuntos foram selecionados por seu papel de mediação entre saberes especializados e públicos amplos, permitindo observar como narrativas históricas são acionadas e disputadas na arena pública.

Os procedimentos analíticos combinaram crítica interna e externa das fontes – proveniência, autoria, suporte, circulação, públicos visados – com análise

de discurso de inspiração histórico-cultural. Operamos uma codificação temática transversal, organizada em três eixos comparáveis entre temporalidades: 1) risco/eficácia e a semântica do “desconhecido”; 2) confiança/desconfiança em instituições, agentes e motivações; e 3) liberdade/obrigatoriedade e seus enquadramentos morais e políticos. Em cada documento, identificamos atores de validação – científicos, administrativos, religiosos, jornalísticos –, estratégias de autoridade – dados, peritos, testemunhos, iconografia – e modos de circulação – periódicos, portais institucionais, produtos de História Pública –, identificando como argumentos se estabilizam, migram e se reconfiguram.

Para garantir comparabilidade, explicitamos critérios de inclusão: textos e objetos que 1) tematizam vacinação em chave pública – aceitação, resistência, regulação, memória, 2) ativam repertórios de legitimidade – ciência, Estado, igreja, imprensa, museu, e 3) evidenciam controvérsias, rumores ou usos do passado – releituras da Revolta da Vacina, genealogias de “medos” e metáforas recorrentes. As leituras ocorreram em três movimentos: varredura panorâmica para mapeamento de recorrências; leitura focal para codificação; e leitura relacional para identificar elos entre passado e presente – como memórias, imagens e argumentos são reempacotados.

Quanto ao vocabulário analítico, empregamos “boato”, “cisma” e “desinformação” como categorias operacionais para distinguir dinâmicas de circulação e de ancoragem de enunciados. Tomamos como referência as definições de Igor Sacramento, Hully Falcão e Flávia Leiroz: boato como informação difusa que emerge em contextos de incerteza e se cola a crenças e experiências cotidianas; cisma como fixação de certezas que produz fechamento cognitivo e reduz a negociação de sentidos; e desinformação como produção e difusão intencional e rastreável de conteúdos falsos, frequentemente articulada a interesses políticos.⁶ O uso dessas categorias é estritamente conceitual, visando clareza terminológica; não incorporamos o corpus, o recorte temporal nem os procedimentos metodológicos do estudo referido.⁷

Por fim, reconhecemos limites e controles. Do ponto de vista heurístico, o foco em materiais de ampla circulação e em produtos institucionais pode sub-representar experiências locais e práticas orais; mitigamos esse viés pela triangulação de suportes e pela verificação cruzada de autoria e contexto. Do ponto de vista anacrônico, evitamos projetar categorias atuais sobre fontes oitocentistas, preservando seus léxicos e regimes de prova. Eticamente, tratamos

⁶ Igor Sacramento, Hully Guedes Falcão e Flávia Leiroz, “E quando não era fake news? Boato e cisma sobre vacinação no Brasil de 1999/2000”, *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 21, n. 47 (2022), pp. 188-206, <https://doi.org/10.5902/2175497772282>.

⁷ Sacramento, Falcão e Leiroz, “E quando não era fake news?”, pp. 188-206.

os documentos como peças públicas, com atenção à sua função de mediação social. Esses cuidados fortalecem a validade do cotejo e sustentam o argumento central do artigo: as permanências retóricas em torno das vacinas se transformam conforme mudam as mediações e os usos públicos do passado, exigindo um método que una crítica histórica, análise de discurso e atenção às práticas de História Pública.

Ainda sobre os conceitos utilizados, entendemos como prática de História Pública o conjunto de ações, métodos e intervenções pelas quais historiadores (ou profissionais afins) produzem, interpretam e difundem o conhecimento histórico em diálogo direto com públicos amplos, para além da comunidade acadêmica. Trata-se de um fazer que privilegia a participação social, a acessibilidade e o impacto no debate público. Quanto ao “produto” da História Pública, referimo-nos aos formatos concretos por meio dos quais esse conhecimento é compartilhado e consumido pelo público, fora dos circuitos estritamente acadêmicos. Esses produtos podem se materializar em suportes físicos ou digitais e incluem, além de objetos e mídias tradicionais, processos colaborativos, experiências, mediações, narrativas e ambientes que viabilizam encontros significativos entre o passado e a sociedade contemporânea.⁸ Neste trabalho, buscamos identificar e analisar esses produtos, especialmente no que diz respeito às representações e práticas relacionadas à vacinação.

Rumores, resistências e controvérsias médicas: a vacina jenneriana no Império português

Em 1798, o inglês Edward Jenner descobriu a vacina antivariólica, daí se tornou comum chamá-la de vacina jenneriana. A vacina antivariólica era retirada de uma doença que acometia os gados bovinos chamada *cow-pox*. Jenner obteve a vacina pela observação de que pessoas que trabalhavam com o gado e contraíam o *cow-pox*, conseqüentemente, não adquiriam a varíola. Em contrapartida não se tinha referenciais teóricos para explicar o processo imunizante. Como esta não era uma doença muito comum no gado, acabava-se a utilizar o método de vacinação braço a braço, retirando-se o fluído vacínico de uma pessoa já vacinada e aplicando direto no braço de outro indivíduo.⁹

⁸ Ana Maria Mauad, “História Pública e usos do passado: imagens, mídias e narrativas no espaço público”, in Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago (orgs.), *História Pública no Brasil: conhecimento, práticas e diálogos*, São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 169–188.

⁹ Tania Maria Fernandes, *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

Os discursos sobre a vacina e a sua aplicação foram uma questão polêmica por toda Europa. No início do século XIX, diversas dúvidas foram suscitadas quanto a eficácia da vacina e a possibilidade de transmissão de outras doenças através de sua utilização, de modo que, grande parte da população leiga tinha receio em se vacinar. Até mesmo entre os médicos não havia consenso quanto a sua prática.¹⁰

A questão de a população ter sido resistente a esta profilaxia nos leva a pensar diferentes problemáticas com as mais variadas causas. Diversos casos foram citados pelos médicos do período, como o de facultativos opositores da vacina embasados na obra de Heliodoro de Araujo Carneiro (1776–1849), tais como: a pouca credibilidade do efeito protetor da vacina; o surgimento de doenças e epidemias atreladas a vacinação, ou mesmo a passagem de doenças e morbidades das vacas para o ser humano.¹¹ Em uma matéria da “Gazeta de Lisboa”, em 1814, foi narrado que “o povo clamava que a vacinação não é só um acto irreligioso, antecipando a vontade do Altissimo, mas também que he uma moléstia de animaes irracionaes, que não pode ser sem peccado transmittida a especie humana”.¹²

Outro exemplo interessante foi do médico Antonio de Almeida, secretário da instituição vacínica, que relatou que em meio a uma epidemia de coqueluche estavam aparecendo “bexigas muito discretas e benignas”, que não teriam tido progresso graças a vacinação. Todavia começou a se espalhar pela freguesia de Travança, que a mortandade de crianças naquele território pela coqueluche era devida à vacinação que havia sido introduzida há pouco tempo. O médico relatou que conseguiu deter os boatos com ajuda do padre e o capitão-mor da freguesia, demonstrando o fato que a coqueluche estava se espalhando por outras regiões em que não havia vacinação. Antonio de Almeida afirmava que para se pudesse atribuir à vacina o surgimento de qualquer doença, seria preciso que ela fosse inteiramente nova ou que atacasse com mais regularidade antes da vacinação.¹³

¹⁰ Fillipe dos Santos Portugal, “A institucionalização da vacina antivariólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX”, Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fiocruz, Rio de Janeiro, 2018.

¹¹ A obra de Heliodo Jacinto de Araújo Carneiro, “Reflexões sobre a Pratica da Inoculação da Vaccina e suas funestas consequências”, foi publicada em 1808, foi um livro voltado totalmente voltada contra a vacina e gerou grande repercussão entre os médicos e a população portuguesa. Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, *Reflexões sobre a Prática da Inoculação da Vaccina e suas funestas consequências*, Londres: Impressão de Cox, Filho & Baylis, 1808.

¹² Contra isto foi publicada na mesma gazeta a informação sobre uma Ordem Papal para o Proto-Medicato de Roma, para que continuasse a propagar a vacina “descobrimento precioso, que será para os povos mais hum motivo de gratidão, e reconhecimento a hum DEOS sumariamente bom”. “Annuncio da Instituição Vaccinica”, *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 5 set. 1814.

¹³ *Jornal de Coimbra*, Coimbra, 1817, pp. 8-9.

Para além da questão da obrigatoriedade, para muitos médicos e autoridades governamentais um dos fatos que mais prejudicava a vacinação eram os boatos e rumores em torno da vacina, sendo o principal deles o de que vacinados contraíam bexigas. Sobre isto, o intendente de polícia português, João Antonio Salter de Mendonça, discorreu que os médicos davam o nome de bexigas a diferentes moléstias e com isso “podem illudir o povo, e destruir a confiança, que todo este reino vai tendo na eficácia da vacina, ao atestarem que vacinados tiveram bexigas”. Devido a isso o intendente expediu uma ordem, em 1819, para que os médicos que atestassem que algum vacinado tivesse adquirido bexiga, deveriam emitir este parecer por escrito para que o fato fosse examinado por médicos correspondentes da Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa (ACL), que assim iriam emitir seu parecer sobre o caso e se esta pessoa havia tido realmente vacina verdadeira ou não.¹⁴

Os rumores e boatos sobre a vacina ressaltados pelo intendente não cessariam facilmente com a promulgação de um decreto e continuaram frequentes nas reclamações dos médicos da Instituição Vaccinica da Academia Real das Ciências de Lisboa. Em nossa análise documental, um dos melhores exemplos que encontramos de boatos sobre a vacina foi uma carta, de autoria do “Anti-Impostor”, dirigida ao redator do “Correio Braziliense” e publicada, em 1813, neste mesmo jornal. Na carta, o autor fez diversas críticas a um opúsculo publicado no mesmo jornal, que era favorável à vacinação, além referir-se a diversas reclamações sobre a vacinação, citando fatos como a interferência dos párocos no incentivo à vacinação, a obrigatoriedade velada da vacinação e até o fato de se colocar “moléstias de Brutos na Economia animal”, o que gerava doenças cutâneas como sarnas e tinhas em Portugal.¹⁵

Um fato interessante, também debatido na carta, foi relativo à aprovação de D. João ao método. Segundo o “Anti-Impostor”, o fato de que D. João tivesse vacinado seus filhos, não levava à conclusão de que ele fosse favorável à vacina, pois tendo sete filhos apenas vacinou dois e somente tardiamente. Relatou, ainda, que D. João observara frequentemente no Brasil os “funestos e repetidos efeitos da vacina”, e que fora por este o motivo que não havia permitido que vacinassem seus outros filhos. Para o “Anti-Impostor” a vacinação dos filhos de D. João foi um fato que teria reforçado a oposição do Rei à vacina, pois os dois que foram vacinados possuíam uma saúde extremamente precária diferentemente do restante da Família Real, fato este que seria de conhecimento de todos os frequentadores do Paço imperial no Rio de Janeiro. Claramente o “Anti-

¹⁴ Portugal, “A Institucionalização da Vacina Antivariólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX”, p. 107.

¹⁵ “Carta ao Redactor sobre a Inoculação da Vaccina”, *Correio Braziliense: Ou Armazem Literário*, Londres, nov. 1813, pp. 824-827.

Impostor” levantava alguns dados pouco críveis, na medida em que, no Brasil, o monarca português fora amplamente favorável à vacinação, tendo inclusive criado a Junta da Instituição Vaccinica da Corte no Rio de Janeiro em 1811. Porém, o boato de que D. João não era favorável à vacina era mais um exemplo de boatos espalhados na época, os quais poderiam diminuir a credibilidade da prática de vacinação.¹⁶

As resistências à vacina jenneriana não podem ser compreendidas apenas como fruto da ignorância popular ou de preconceitos religiosos, mas também como resultado de debates internos à própria medicina. Carneiro, por exemplo, elaborou críticas sustentadas em paradigmas médicos vigentes, como a tradição hipocrática e galênica, que interpretavam as doenças a partir de múltiplas causas e desconfiavam de inovações pouco testadas. Nesse contexto, a rejeição à introdução de um “pus animal” no corpo humano se vinculava a preocupações de ordem teórica e cultural, e não apenas ao medo coletivo. Como observa Fillipe Portugal, a atuação desses médicos contrários à vacina reflete a diversidade de interpretações e de interesses em jogo, demonstrando que a própria comunidade científica estava longe de ser unânime em sua defesa da prática.¹⁷

Apesar das resistências, a consolidação da vacinação nos domínios portugueses esteve ligada a iniciativas de institucionalização promovidas pela monarquia. O apoio de D. João VI, ainda que envolto em rumores contraditórios, foi crucial para legitimar a prática no Brasil e em Portugal. A criação da Junta da Instituição Vacínica no Rio de Janeiro, em 1811, e da Instituição Vacínica da ACL, em 1812, marcou a transição de uma prática difusa e privada para uma política pública centralizada. Conforme Portugal, essa institucionalização buscava enfrentar boatos, padronizar procedimentos e reforçar a credibilidade da vacina, mas também inscrevia a profilaxia no projeto mais amplo de fortalecimento do Estado e de gestão da população.¹⁸

Os boatos e resistências em torno da vacinação circularam amplamente em jornais, cartas e debates públicos, mostrando que a percepção social da vacina era moldada muito além dos espaços médicos. A carta do “Anti-Impostor”, publicada no “Correio Braziliense”, é um exemplo de como tais narrativas encontravam terreno fértil em arenas de discussão política e cultural, ampliando sua repercussão entre letrados e populares. Nesse sentido, a vacinação deve ser entendida também como um fenômeno de História Pública: um campo de

¹⁶ Portugal, “A Institucionalização da Vacina Antivariólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX”, pp. 107-108.

¹⁷ Portugal “A Institucionalização da Vacina Antivariólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX”.

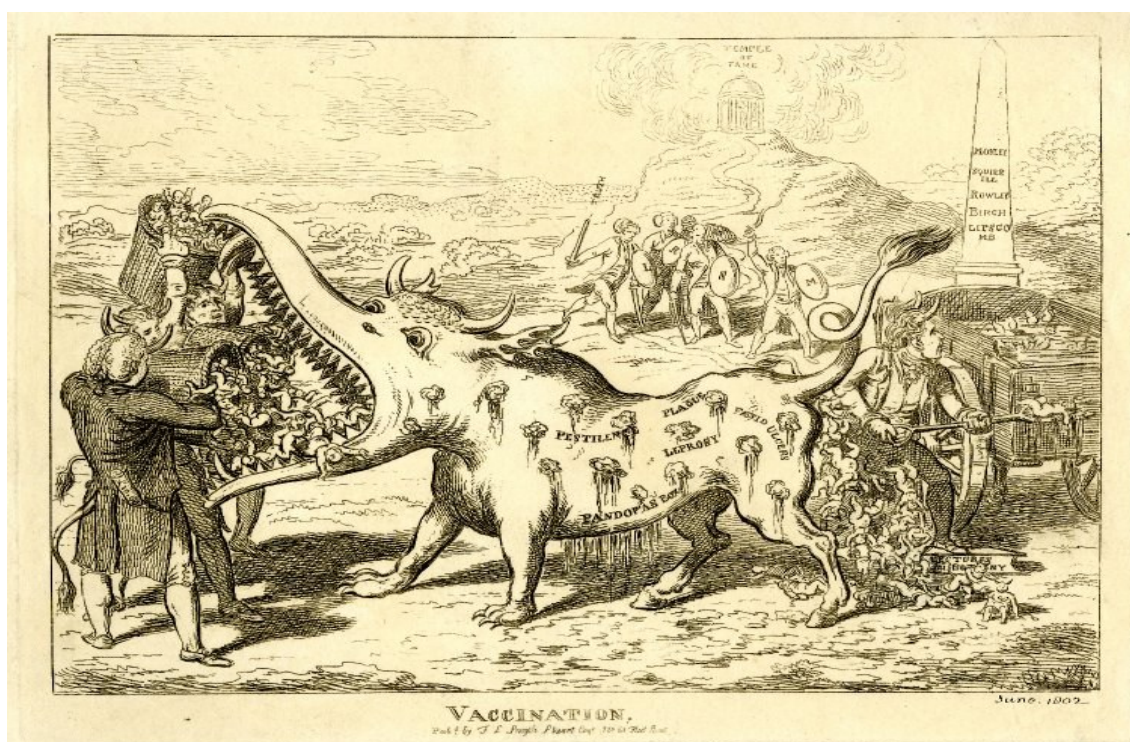
¹⁸ Portugal, “A Institucionalização da Vacina Antivariólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX”.

disputas simbólicas em que ciência, religião, poder político e experiência social se entrecruzavam. O repertório de boatos – desde a transmissão de “moléstias de brutos” até a suposta oposição de D. João VI à vacina – evidencia a força da memória coletiva e antecipa dinâmicas de desinformação que seriam retomadas em contextos posteriores, inclusive durante a pandemia de COVID-19.

Também é importante ressaltar que os boatos contra a vacina não circulavam apenas oralmente, mas apareciam em diversas representações visuais, como imagens veiculadas pela imprensa, jornais, estampas populares e obras médicas. Tais imagens reforçavam o medo e a desconfiança em relação à vacinação, como a imagem a seguir:

Imagem 1: Vaccination.

Autor desconhecido, gravura publicada por John Ferdinand Smyth Stuart em 1802.



Fonte: The British Museum¹⁹.

A imagem em questão representa uma vaca grotescamente desfigurada sendo alimentada com corpos de crianças por figuras demoníacas, que simbolizam os vacinadores da época. Esta representação visual sintetiza de forma bastante expressiva a visão dos opositores da vacina, que a percebiam não como um instrumento de cura, mas como uma ameaça à vida e à integridade humana. Como afirmamos anteriormente a associação entre a vaca e o procedimento

¹⁹ https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1868-0808-7039.

vacinal remete diretamente à origem da vacina de Jenner, que utilizava o vírus da varíola bovina (*cowpox*), o que, para muitos religiosos e conservadores, parecia impuro ou até satânico. A ideia de introduzir no corpo humano substâncias provenientes de um animal era tida como uma violação das leis divinas da criação, e a prática médica era frequentemente acusada de “jogar com a natureza” ou de ser instrumento do mal. Assim, a imagem mobiliza o imaginário religioso e moral da época, construindo a vacina como uma “máquina de ceifar vidas”, alimentada pela inocência infantil, e conduzida por agentes do mal, representados na figura dos demônios. Esse tipo de representação foi amplamente utilizado como instrumento de propaganda antivacinal e contribuiu para consolidar o medo e a resistência social à vacinação nas populações mais influenciadas por discursos religiosos e conspiratórios.

Da Revolta da Vacina às timelines: cultura histórica, usos do passado e o ecossistema contemporâneo da desinformação

A vacina continuaria sendo um tema controverso e polêmico ao longo da história, tanto no campo científico quanto no social. Desde suas primeiras aplicações, surgiram debates intensos envolvendo questões éticas, religiosas, políticas e até econômicas. Apesar das resistências iniciais, a prática da vacinação passou a ganhar cada vez mais respaldo, especialmente com o avanço das pesquisas médicas e o acúmulo de evidências científicas acerca de sua eficácia na prevenção de doenças infecciosas.

Em diversas partes do mundo, médicos, pesquisadores e outros profissionais da saúde mantiveram-se engajados em experimentações e observações clínicas rigorosas, o que contribuiu significativamente para o aprimoramento das técnicas de imunização. Esses esforços colaborativos não apenas consolidaram a segurança e a eficácia das vacinas já existentes, como também impulsionaram o desenvolvimento de novas vacinas para o combate a uma ampla variedade de doenças, muitas das quais anteriormente consideradas incuráveis ou altamente letais.

Com o tempo, a vacinação passou a ser reconhecida como uma das ferramentas mais eficazes de saúde pública, responsável pela erradicação de doenças como a varíola e pela drástica redução da incidência de enfermidades como poliomielite, sarampo e rubéola. Ainda assim, o tema não deixou de ser alvo de polêmicas, sobretudo em períodos de crise sanitária, quando discursos negacionistas ou desinformação se espalham com mais facilidade. Apesar disso, o progresso científico, aliado ao comprometimento de instituições de pesquisa e de saúde, continua sendo decisivo para o fortalecimento da confiança na

vacinação como uma prática essencial para a proteção coletiva e para a promoção de uma sociedade mais saudável.

Estudos recentes evidenciam que a retórica antivacinal se estruturou em torno de eixos que atravessam diferentes épocas. Um ensaio da “Reciis”, de autoria de Samuel Santos da Rosa, Thiago Henrique Bragato Barros e Rita do Carmo Ferreira Laipelt comparando discursos de 1904 e de 2020–2022, identificou três grandes categorias: 1) medo do desconhecido e desconfiança na eficácia – dúvidas sobre a rapidez do desenvolvimento, os efeitos adversos e o “risco desconhecido”; 2) a ideia de que a vacinação afeta a “honra” dos indivíduos e que haveria interesses institucionais ou econômicos ocultos; e 3) a oposição entre liberdade individual e morte, que associa a obrigatoriedade vacinal à perda de direitos. Essas categorias ajudam a compreender por que argumentos sobre contaminação com material “impuro”, imposição estatal ou conspirações farmacêuticas reaparecem em crises posteriores. O medo do desconhecido é patente tanto nos sermões oitocentistas contra a “moléstia de brutos” quanto nas narrativas contemporâneas que associam vacinas a chips ou modificação genética.²⁰

A persistência desses repertórios é reforçada por análises que situam o ativismo antivacinal como um fenômeno tão antigo quanto as vacinas. Em um artigo do “Cadernos de Saúde Pública”, Kenneth Rochel de Camargo lembra que caricaturas britânicas do século XIX ridicularizavam vacinados como se possuíssem “feições bovinas” e sugere que o sucesso das vacinas – ao reduzir drasticamente a incidência das doenças – faz com que seus benefícios se tornem menos perceptíveis, facilitando o retorno de campanhas antivacinais. Essa noção de que “a vacina é vítima do seu próprio sucesso” foi retomada por Camargo em debate promovido pela ENSP/Fiocruz, ao afirmar que muitos pais relutam em vacinar porque nunca viram varíola, poliomielite ou sarampo circularem nas comunidades. A distância temporal e o apagamento da memória das epidemias alimentam a percepção de que a profilaxia é desnecessária ou arriscada.²¹

Comparações históricas mais amplas reforçam a ideia de que desinformação e negacionismo são componentes recorrentes das crises sanitárias. Artigo de Érica Cavalcante Lima e Zilda Maria Menezes Lima, publicado em “História, Ciências, Saúde – Manguinhos”, analisou a epidemia de varíola no

²⁰ Samuel Santos da Rosa, Thiago Henrique Bragato Barros e Rita do Carmo Ferreira Laipelt, “O discurso antivacina no ontem e no hoje: a Revolta da Vacina e a pandemia da COVID-19, uma abordagem a partir da Análise do Discurso”, *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3 (2023), pp. 616–632, <https://doi.org/10.29397/reciis.v17i3.3774>.

²¹ Kenneth Rochel de Camargo Júnior, “Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet”, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36 (2020), pp. 1–8, <https://doi.org/10.1590/0102-311X00037620>.

Ceará (1900-1905) e a pandemia de COVID-19, mostrando que em ambos os contextos circularam informações falsas para contestar a vacinação e que autoridades foram omissas ou complacentes, permitindo a instrumentalização política dos surtos. A pesquisa destaca semelhanças na difusão de boatos e na resistência à imunização, ressaltando que as crises sanitárias sempre foram terrenos férteis para disputas simbólicas.²²

A Revolta da Vacina, de 1904, tornou-se retrato dessa disputa. Em cinco dias de protestos violentos, 945 pessoas foram presas, 110 ficaram feridas e 30 morreram; a imposição autoritária da lei de vacinação obrigatória somou-se à insatisfação popular com as reformas urbanas e ao clima político tenso. Rumores de que o fluido bovino deixaria as pessoas com feições de vaca e caricaturas que ridicularizavam os médicos circularam amplamente, reforçando a desconfiança. Após a revogação da lei, um novo surto de varíola em 1908 levou a população a procurar espontaneamente a vacina, evidenciando como a experiência direta com a doença transforma a cultura histórica da vacinação. Estudos de História Pública, como os produzidos pelo Museu da Vida (Fiocruz), têm mostrado que a revolta de 1904 não foi apenas um levante contra a vacina, mas expressão de descontentamento com o autoritarismo e as reformas urbanas; A historiadora Tânia Pimenta, em reportagem no Museu da Vida, assinala que a falta de diálogo e respeito entre autoridades e população foi determinante para o conflito.²³ Essas leituras apontam que a memória da Revolta é frequentemente simplificada por negacionistas, que a retomam para legitimar discursos libertários, ignorando que o epicentro do conflito era a forma de implementação e não a vacinação em si.²⁴

Portanto, ao analisar os repertórios antivacinais, percebe-se que os argumentos centram-se em três pilares: medo do desconhecido, desconfiança nas motivações e defesa da liberdade individual. Esses pilares atravessam séculos, são reativados em contextos de crise e se amparam em narrativas históricas, muitas vezes distorcidas ou descontextualizadas. A partir das fontes consultadas, fica evidente que a resistência à vacinação é constitutiva da sua própria história e que compreender a genealogia desses discursos é fundamental para construir

²² Érica Cavalcante Lima e Zilda Maria Menezes Lima, "Sob o solo pestilencial da mentira: informações falsas e negacionismo na epidemia de varíola no Ceará, 1900-1905, e na pandemia de COVID-19 no Brasil, 2020-2022", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 31 (2024), pp. 1-28, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702024000100061>.

²³ Invivo, Museu da Vida, *Revolta da vacina: o que foi isso?*, <https://www.invivo.fiocruz.br/revolta-da-vacina-o-que-foi-isso/>.

²⁴ Luana Dandara, "Cinco dias de fúria: Revolta da Vacina envolveu muito mais do que insatisfação com a vacinação", *Portal Fiocruz*, 9 jun. 2022, <https://fiocruz.br/noticia/2022/06/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com>.

estratégias de comunicação e políticas públicas que dialoguem com a memória social e combatam a desinformação.

Nessa mesma direção, um olhar para o final dos anos 1990 ajuda a explicitar como essas permanências se reconfiguram quando mudam os dispositivos midiáticos e os enquadramentos públicos. No fim daquela década, a recusa à vacinação de idosos foi gradualmente enquadrada como problema de saúde pública por meio de um arranjo discursivo que combinou “Ciência”, “Economia” e “Política” nas páginas de jornais de grande circulação. Estudo documental sobre o período indica que as matérias além de consensualizar representações sobre o público-alvo e os benefícios da campanha, ainda mobilizavam atores diversos – autoridades científicas, políticas e religiosas – para desmentir boatos e estabilizar um sentido público legítimo para a vacinação.²⁵ Trata-se de um processo típico de problematização pública, em que categorias, atores e valores são alinhados para tornar a hesitação vacinal um assunto de interesse coletivo.

Nesse mesmo horizonte, a distinção entre boato, cisma e desinformação ajuda a qualificar as permanências retóricas. Boato é entendido como informação difusa que emerge em contextos de incerteza e se cola a crenças e experiências cotidianas; cisma, como fixação de certezas que produz fechamento cognitivo e reduz a negociação de sentidos; e desinformação, como produção e difusão intencional e rastreável de conteúdos falsos, frequentemente articulada a interesses políticos.²⁶ Esse enquadramento explica o deslocamento recorrente do risco da doença para a vacina e demonstra o papel dos meios de comunicação na tentativa de romper insularidades cognitivas, sobretudo quando a experiência pessoal passa a operar como critério exclusivo de verdade.

Por outro lado, produtos contemporâneos de História Pública (reportagens históricas, materiais museológicos, dossiês digitais e ações educativas) têm reencenado episódios simbólicos – como a Revolta da Vacina – para disputar sentidos no presente. Ao enfatizar que 1904 envolveu autoritarismo urbano, conflitos sociais e rumores sobre “feições bovinas”, esses materiais complexificam a memória pública e evitam sua apropriação simplista por narrativas negacionistas; sugerem, ainda, que a forma de implementação das políticas – imposição versus diálogo – incide diretamente na aceitação social de intervenções sanitárias.

Dessa forma, estratégias institucionais de comunicação em saúde passaram a acionar múltiplas autoridades epistêmicas e morais – cientistas,

²⁵ Sacramento, Falcão e Leiroz, “E quando não era fake news?”, pp. 188-206.

²⁶ Sacramento, Falcão e Leiroz, “E quando não era fake news?”, pp. 188-206.

gestores, lideranças religiosas e comunitárias –, desmontando peças virais recorrentes e recontextualizando temores com base em evidências. Essa ecologia de mediação, que hoje se estende a plataformas digitais e espaços museológicos, funciona como um contraponto histórico-científico, disputando atenção e confiança do leigo sem renunciar ao trabalho de memória, isto é, da contextualização histórica de conflitos e controvérsias.

Assim, a leitura comparativa reforça que três pilares estruturam a persistência dos discursos antivacinais, medo do desconhecido, desconfiança nas motivações e defesa da liberdade individual, mas que sua circulação e intensidade variam conforme os arranjos midiáticos e as gramáticas morais de cada época. O binômio boato-cisma ajuda a explicar o enraizamento cotidiano dessas narrativas, enquanto a desinformação descreve sua etapa de profissionalização e instrumentalização política.²⁷ Em uma chave de História Pública, isso implica investir em mediações plurais, curadoria de memória e tradução histórica das controvérsias, de modo a reduzir a distância entre experiência leiga e cultura científica e a fortalecer a confiança em práticas de saúde coletiva.

No Brasil, essas questões ficaram evidentes nos anos recentes, em meio à pandemia de COVID-19, quando as vacinas entraram no cerne do debate público. As primeiras vacinas aprovadas para uso foram a CoronaVac, desenvolvida pela empresa chinesa Sinovac e, no Brasil, pelo Instituto Butantan (IB), e a Oxford–AstraZeneca, produzida pela Universidade de Oxford em parceria com a farmacêutica AstraZeneca, ambas aprovadas em 17 de janeiro de 2021. A vacinação nacional começou em 18 de janeiro de 2021. Posteriormente, foi aprovado o registro da vacina da Pfizer em 23 de fevereiro e o da Janssen em 31 de março.²⁸

Nesse contexto, ocorreram diversos episódios de descrédito à ciência e às vacinas, destacando-se a declaração do então presidente Jair Bolsonaro, que ironizou os efeitos da vacina contra a COVID-19 ao dizer que “se a pessoa vacinada virar um jacaré, é problema dela”, desestimulando sistematicamente o uso da vacina e o cumprimento de outras recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Essa fala, embora aparentemente sarcástica, teve ampla repercussão nacional e internacional e está associada a uma cultura de questionamentos históricos sobre a vacinação, que, como vimos, já foi alvo de boatos que sugeriam que as pessoas poderiam se transformar em vacas. Portanto,

²⁷ Sacramento, Falcão e Leiroz, “E quando não era fake news?”, pp. 188-206.

²⁸ Brasil, Ministério da Saúde, *Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19*, <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacinacao-contra-covid-19.pdf>.

não é novidade, nos repertórios antivacina, comparações desse tipo, que exemplificam como lideranças políticas podem contribuir para a disseminação do medo e da insegurança, especialmente em contextos de crise sanitária.²⁹

Neste contexto as vacinas, seriam o cerne do debate médico e político do Brasil, não só pela emergência sanitária, mas por questões políticas. Conforme o jornalista João Filho:

Primeiro, o presidente da República disse que não obrigaria ninguém tomar vacina contra a covid-19, apesar de ter assinado um decreto que torna a vacinação compulsória. Ele pretendia antagonizar o governador João Doria, que afirmou que a vacina seria obrigatória em São Paulo. Depois, suspendeu o protocolo firmado entre seu ministro da Saúde e o Instituto Butantan para a compra de 46 milhões de doses da vacina criada pelos chineses. Passou então a fazer ataques contra a vacina sem base em nenhum dado científico, colocando uma nuvem de dúvidas sobre a população quanto a sua segurança. Na prática, Bolsonaro boicota a saúde da população com base em um preconceito estúpido contra os chineses.³⁰

É interessante perceber que as decisões sobre vacinação tomadas pelo governo brasileiro ocorreram permeadas por fatores políticos que geraram atos de incoerência administrativa. Um exemplo disso é que, ao mesmo tempo em que o presidente afirmava que não obrigaria ninguém a se vacinar, assinou um decreto que permitia a vacinação compulsória. Além disso, inimigos ideológicos externos, como a China, por ser um país comunista, eram associados não apenas à culpa pela origem da pandemia, mas também ao descrédito de sua vacina, tendo o presidente afirmado explicitamente que “não acredito que vacina chinesa transmita segurança pela sua origem”.³¹

Os efeitos dessa disputa política se fazem em números onde segundo o portal agência Brasil os brasileiros de 2.109 cidades (74,66%) buscaram escolher entre as vacinas disponíveis, entre 5 a 8 de julho de 2021.³² Apesar disso, em meio a esse cenário de incertezas e ataques à ciência, pesquisas indicaram que cerca de 85% da população brasileira se posicionava favoravelmente à imunização contra

²⁹ “Bolsonaro ironiza vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’”, *UOL*, 18 dez. 2020, <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/12/18/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-vice-um-jacare-e-problema-de-voce.htm>.

³⁰ “Vacina chinesa, Bolsonaro, Rodrigo Maia”, *The Intercept Brasil*, 25 out. 2020, <https://www.intercept.com.br/2020/10/25/vacina-chinesa-bolsonaro-rodrico-maia/>.

³¹ “Vacina chinesa, Bolsonaro, Rodrigo Maia”, *The Intercept Brasil*, 25 out. 2020, <https://www.intercept.com.br/2020/10/25/vacina-chinesa-bolsonaro-rodrico-maia/>.

³² “Cresce recusa de vacina contra Covid-19; relato é de 2.097 cidades”, *Dia Online*, 16 jul. 2021, <https://diaonline.ig.com.br/2021/07/16/cresce-recusa-de-vacina-contracovid-19-relato-e-de-2-097-cidades/>.

a COVID-19, demonstrando uma forte tradição pró-vacina no país, construída ao longo de décadas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e de campanhas públicas de vacinação.³³

Para além dos chefes políticos as mídias sociais potencializam os discursos antivacinas, a níveis mundiais, sendo as vacinas anticovid talvez as que tenham sido mais alvo de desinformação. Entre as principais “fake News” entorno das vacinas contra COVID segundo dados da OMS são: “A vacina muda o DNA humano”; “A vacina causa infertilidade”; “A vacina tem microchips para controle”; “A vacina deixa o braço magnético”; “A pessoa pega COVID por causa da vacina”; “Vacina causa miocardite de forma generalizada”; “As vacinas foram feitas rápido demais para serem seguras”; “Vacina não funciona porque vacinados também pegam COVID”; “Vacina altera o ciclo menstrual permanentemente”; “CoronaVac não funciona”; “Vacina causa síndrome de Guillain-Barré em massa”; “Vacina causa trombose frequentemente”; “Reforços (3ª, 4ª dose) são perigosos”.³⁴

Temos, nessas questões, muitos dos boatos que circulam em torno das vacinas desde a primeira vacina “descoberta” por Jenner. Entre eles estão a ideia de que a vacina causa a própria doença que busca evitar, dúvidas sobre sua segurança e eficácia, e o medo do surgimento de outras enfermidades, entre outros. A retomada desses discursos demonstra a necessidade de fortalecimento de portais institucionais, universitários e ligados a instituições científicas, que promovam informações coerentes, bem como da História Pública, para disputar essas narrativas em prol de um projeto eficaz de saúde pública. A vacina contra a COVID-19, por exemplo, alterou substancialmente o curso da pandemia, salvando dezenas de milhões de vidas no mundo todo.³⁵

Considerações finais

Este artigo mostrou que resistências à vacinação não são anomalias episódicas, mas fenômenos históricos e públicos, produzidos na intersecção entre ciência, política, moralidades e meios de comunicação. Ao cotejar o século XIX

³³ Tania Maria Fernandes e Vanêssa Alves Pinheiro, “Negação e negacionismo no Brasil: vacinas antivariólica e anti-COVID-19”, *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 15, n. 29 (2021), pp. 14-36.

³⁴ World Health Organization, COVID-19: mythbusters, <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/myth-busters>.

³⁵ Oliver Watson et. al., “Global impact of the first year of COVID-19 vaccination: a mathematical modelling study”, *The Lancet Infectious Diseases*, v. 22, n. 9 (2022), p. 1293-1302.

luso-brasileiro com a pandemia de COVID-19, evidenciamos a persistência de três pilares retóricos: medo do desconhecido, desconfiança nas motivações e defesa da liberdade individual, que se reconfiguram conforme mudam os regimes de visibilidade e as formas de autoridade.

No registro histórico, a introdução da vacina jenneriana e a Revolta da Vacina ilustram uma ecologia discursiva onde boatos, controvérsias médicas, estilos de governo e imprensa definiram a recepção da profilaxia. A revolta de 1904 não foi contra a ciência em si, mas contra modos autoritários de implementação e reformas urbanas excludentes, lição que permanece atual: a forma como se faz política pública incide diretamente na legitimidade social das intervenções sanitárias.

Para compreender as continuidades, distinguimos boato, cisma e desinformação como dinâmicas diferentes de produção e circulação de sentidos, em diálogo conceitual com a literatura. O boato enraíza-se na vida cotidiana e em incertezas; a cisma fixa certezas e fecha a negociação; a desinformação profissionaliza e instrumentaliza politicamente repertórios já existentes – movimento que ajuda a explicar o deslocamento recorrente do risco da doença para a vacina.

Em chave de História Pública e Cultura Histórica, argumentamos que a disputa sobre vacinas é também disputa por passados mobilizados no presente. Produtos institucionais (reportagens históricas, exposições, objetos museológicos, dossiês digitais) podem reencenar 1904 de modo crítico, complexificando memórias e reduzindo apropriações simplistas; mais que corrigir fatos, trata-se de mediar significados com múltiplas vozes (científicas, comunitárias, religiosas, educacionais) e presença territorial.

Por fim, propomos implicações operacionais: historicizar campanhas (explicitar o que mudou e o que permanece), diversificar mediações e porta-vozes, cuidar da forma de implementação quando houver medidas regulatórias e manter curadoria ativa de memória em escolas, museus e plataformas públicas. Em síntese, a aceitação vacinal é menos um problema de informação e mais um problema de mediação histórica: fortalecer vínculos entre evidências e experiências – entre passado e presente – é condição para reconstruir a confiança necessária às políticas de saúde coletiva.

Referências:

Ana Maria Mauad, "História Pública e usos do passado: imagens, mídias e narrativas no espaço público", in Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago (orgs.), *História Pública no Brasil: conhecimento, práticas e diálogos*, São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 169-188.

Anne Marie Moulin, "A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 10 (2003), pp. 499-517, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000500004>.

Érica Cavalcante Lima e Zilda Maria Menezes Lima, "Sob o solo pestilencial da mentira: informações falsas e negacionismo na epidemia de varíola no Ceará, 1900-1905, e na pandemia de COVID-19 no Brasil, 2020-2022", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 31 (2024), pp. 1-28, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702024000100061>.

Fillipe dos Santos Portugal, "A institucionalização da vacina antivariólica no Império Luso-Brasileiro nas primeiras décadas do século XIX", Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fiocruz, Rio de Janeiro, 2018.

François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

Gilberto Hochman, Marcos Cueto, Ana Maria Carrillo e Ana Cecília de Romo, "Carta dos editores", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 9 (2002), pp. 1-29, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000400001>.

Igor Rafael Abreu, Matheus Marques Martins Alexandre, Matheus Chaves Vieira da Costa, João Marcelo Gomes Botelho, Luiz Caio Benevides Alves e Amanda Almeida Lima, "Impacto da pandemia de COVID-19 na cobertura vacinal em crianças no Brasil: uma revisão de literatura", *Research, Society and Development*, v. 11, n. 14 (2022), pp. 1-8, <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36227>.

Igor Sacramento, Hully Guedes Falcão e Flávia Leiroz, "E quando não era fake news? Boato e cisma sobre vacinação no Brasil de 1999/2000", *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 21, n. 47 (2022), pp. 188-206, <https://doi.org/10.5902/2175497772282>.

Kenneth Rochel de Camargo Júnior, "Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet", *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36 (2020), pp. 1-8, <https://doi.org/10.1590/0102-311X00037620>.

Oliver Watson et. al., "Global impact of the first year of COVID-19 vaccination: a mathematical modelling study", *The Lancet Infectious Diseases*, v. 22, n. 9 (2022), p. 1293-1302.

Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*, Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Samuel Santos da Rosa, Thiago Henrique Bragato Barros e Rita do Carmo Ferreira Laipelt, "O discurso antivacina no ontem e no hoje: a Revolta da Vacina e a pandemia da COVID-19, uma abordagem a partir da Análise do Discurso", *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3 (2023), pp. 616-632, <https://doi.org/10.29397/reciis.v17i3.3774>.

Tania Maria Fernandes, *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

Tania Maria Fernandes e Vanêssa Alves Pinheiro, "Negação e negacionismo no Brasil: vacinas antivariólica e anti-COVID-19", *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 15, n. 29 (2021), pp. 14-36.

Artigo recebido em 30-09-2025. Aceito para publicação em 06-11-2025.

Citação: Andrezza Bazzi e Filipe dos Santos Portugal, "Entre boatos e memórias: cultura histórica e usos públicos do passado nos discursos antivacinais do século XIX à pandemia de COVID-19", *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), pp. 1-21.

Contato dos autores: Andrezza Bazzi: bazzi.andreza@gmail.com; Filipe dos Santos Portugal: fillipe_portugal@hotmail.com.